



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
CASA ANTONIO AGOSTINHO JANUARIO

"Cidadania com Respeito e Responsabilidade"



Documento Assinado Digitalmente por: SERGIO ESTENIO PEIXOTO XAVIER. CICERO NILDO DE OLIVEIRA ALENCAR
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6f1a1f124-48a4-4067-adbf-38b72788c9b6

Resolução TC nº 67, de 04 de dezembro de 2019

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº 1480143-7 bem como Acórdão 1024/15 TC nº 1502873-2 Acórdão TC nº 0654/15	Implementada	<ul style="list-style-type: none">• Publicação no Site da Câmara as prestações de contas anteriores;• Determinação de levantamento de pessoal através da portaria nº 010/2015 para realização de concurso público• Observar o limite constitucional para a Despesa Total da Câmara;	As determinações contidas do Acórdão 0654/2015, obteve em parte a fixação de ordenamento do ex-gestor (2015), Publicação no site todas as prestações de contas dos gestores da Câmara (http://granito.pe.leg.br/transparencia/demonstrativos-fiscais/prestacao-de-contas) e também efetuou um levantamento de pessoal para iniciar a abertura dos procedimentos da seleção conforme art. 37 da constituição federal e acompanhamento frequente por parte do setor contábil quanto aos limites constitucionais.
Ofício TCE/IRPE Nº 223/2017 Relatório Preliminar de Auditoria PETCE Nº 41033/2016	Implementada	<ul style="list-style-type: none">• Esclarecimentos publicação das prestações de contas em site eletrônico específico;• Realização de concurso público;• Esclarecimentos quanto à remuneração dos vereadores fixada em desacordo com a constituição federal, observando os limites constitucionais para a Despesa Total da Câmara.	Respondido relatório com ESCLARECIMENTOS E DEFESA através do ofício nº 078/2017 de 08/11/2017, a Inspeção do Tribunal de Contas em Petrolina.

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.